

Mozambique LNG vai retomar, mas com ainda menos benefícios esperados para os moçambicanos

- O projecto retoma, mas com uma série de condicionalismos. E, como já era de esperar, quem deve pagar a factura é o Estado moçambicano. Este é, portanto, um momento de prova para o Governo de Moçambique. Cabe-lhe a missão soberana de assegurar que os recursos do país sirvam ao seu povo e não apenas ao grande capital estrangeiro.

Esteve em destaque, em todos os meios de comunicação, nacionais e internacionais, esta semana, o levantamento da força maior do projecto *Mozambique LNG*. O anúncio, há muito aguardado, marca o fim de um longo período de quase 4,5 anos de expectativas adiadas e incertezas sobre o verdadeiro futuro do projecto.

Tardia e com condições ainda mais desfavoráveis ao Estado moçambicano. É como pode, em poucas palavras, ser caracterizada a anunciada retoma do projecto. A decisão vem acompanhada de uma série de condicionalismos que, fundamentalmente, reduzem e atrasam a justa parte dos ganhos do Estado moçambicano do projecto.



CÓPIA

H. E. Daniel Francisco Chapo
President of the Republic of
Mozambique

Paris, October 24th, 2025

Your Excellency, Mr. President,

I would like to follow on our previous exchanges related to Mozambique LNG project, with the objective of moving forward in a proactive manner.

Regarding the lifting of the Force Majeure, as previously communicated to Your Excellency, a secure environment is required for the Mozambique LNG Concessionaire to exercise its rights and carry out its obligations under the Exploration and Production Concession Contract (EPCC). In particular, the Concessionaire needs to be able to safely access and use the land and maritime areas required for the execution of the project, as provided in the EPCC.

In this respect, the Mozambique LNG co-venturers' sponsors have taken note with high interest of the official address that Your Excellency delivered in Maputo on 2nd October 2025 and the assurances that you provided in this address: "Our government, in collaboration with the Concessionaires, has been taking measures to address security challenges. To this end, last August, we signed the Status of Forces Agreement (SOFA) between Mozambique and Rwanda, an international instrument that confirms the continued presence of Rwandan forces in Cabo Delgado, at least during the construction period of the Mozambique LNG and Rovuma LNG projects, and the capacity building of Mozambican forces, with support from Rwandan forces and others, including forces from other nations. The ultimate goal is to equip our forces to independently maintain security. Therefore, we affirm that the conditions are now in place for the lifting of the Force Majeure, and we await, in the near future, the statement from the Area 1 Concessionaire, the Mozambique LNG Project, on this matter".

Considering these assurances and the security organization established by the project based on a containment mode, the Mozambique LNG Concessionaire assesses that the required security conditions are now in place to allow it to resume its activities and the Concessionaire has taken the decision to lift the Force Majeure.

Mailing address: 2 place Jean Millier – Arche Nord Coupole/Regnault
92078 Paris La Defense Cedex – T: +33 (0) 1 47 44 45 46

TotalEnergies SE
European Company with a share capital of € 6 030 629 587,50
Headquarters: 2 place Jean Millier – La Défense 6 – 92460 Courbevoie – France – 542 051 180 RCS NANTERRE



“

A Neste momento, o Mozambique LNG encontra-se cerca de 40% concluído, segundo dados divulgados pela TotalEnergies no seu *Investor Day* de 29 de Setembro. A empresa anunciou que as obras remanescentes decorreriam em “modo de contenção”, com acesso de trabalhadores apenas por via aérea ou marítima.

”

Numa carta enviada ao Presidente da República, Daniel Chapo, o presidente e CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, comunicou oficialmente a decisão da concessionária de levantar a força maior, imposta desde abril de 2021, afirmando que *“as condições de segurança necessárias estão agora reunidas para permitir à Concessionária retomar as suas actividades e levantar a força maior”*. A correspondência, datada de 24 de Outubro de 2025, faz referência às garantias de segurança do executivo e o Acordo sobre o Estatuto das Forças (SOFA) entre Moçambique e o Ruanda, assinado em agosto, como base para a estabilidade necessária à retoma.

O documento reconhece que *“o prolongado período de suspensão da Força Maior impactou significativamente o cronograma do projecto”* e informa que a primeira carga de gás natural liquefeito (GNL), ini-

cialmente prevista para julho de 2024, deverá agora ocorrer apenas no primeiro semestre de 2029. A carta acrescenta ainda que, de acordo com o contrato, *“o prazo do desenvolvimento e produção do campo Golfinho-Atum será estendido por 4,5 anos”*, correspondendo ao tempo em que o projecto permaneceu paralisado (de 24 de Março de 2021 a 9 de Outubro de 2025).

Por fim, Pouyanné solicita *“respeitosamente ao Governo que conceda uma extensão do prazo de desenvolvimento e produção do campo Golfinho-Atum por um período adicional de dez anos”* e confirma que as actividades serão retomadas em “modo de contenção”, com mobilização gradual de trabalhadores e acesso controlado às áreas operacionais, até que as condições de segurança e logística estejam totalmente asseguradas.

Mais 4,5 mil milhões de dólares em custos ao projecto e menos retorno para o Estado moçambicano

O projecto, inicialmente orçado em 20 mil milhões de dólares, poderá, agora, sofrer uma revisão para incorporar os custos adicionais associados à segurança, à logística e ao prolongado período de inactividade. O aumento de 4,5 mil milhões de dólares no custo total do projecto tem implicações directas e significativas sobre o ganho esperado do país do projecto a dois níveis.

A primeira, e mais preocupante, é que a incorporação de novos custos reduz substancialmente o potencial líquido de receitas fiscais e dividendos futuros. De acordo com o Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção (CCPP) da Área 1, os concessionários do projecto Mozambique LNG têm direito a recuperar integralmente os custos de exploração a partir do primeiro ano de produção, enquanto as despesas de investimento são amortizadas a uma taxa máxima de 25% ao ano, e os custos operacionais, incluindo contribuições para o Fundo de Desmobilização, são totalmente dedutíveis. O contrato estabelece ainda um limite anual de 65% do petró-

leo disponível para a recuperação desses custos, permitindo que o excedente seja transportado para os anos seguintes (*carry-forward*) até à sua recuperação integral. Na prática, este mecanismo, embora comum na indústria petrolífera, é particularmente permissivo no contexto moçambicano e reforça o desfasamento temporal entre o início da produção e o real benefício fiscal do projecto.

Em segundo lugar, este acréscimo representa um aumento directo das responsabilidades financeiras da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), que detém 15% de participação no projecto. Para manter a sua quota, a ENH precisará de mobilizar recursos adicionais num contexto de restrições orçamentais severas, o que poderá levar o Governo a recorrer novamente a empréstimos garantidos por receitas futuras de gás. Esta prática, já utilizada em projectos anteriores, aumenta a exposição do Estado a riscos de endividamento e antecipa pressões fiscais num momento em que as receitas efectivas do LNG continuam distantes.

¹ Reuters. (2025, October 26). TotalEnergies tells Mozambique LNG project costs have risen by \$4.5 billion. <https://www.reuters.com/business/energy/totalenergies-tells-mozambique-lng-project-costs-have-risen-by-45-billion-2025-10-26/>

As a final step before fully relaunching the project, the Mozambique LNG Concessionaire looks forward to receiving the approval by the Government of Mozambique of the revised project cost and schedule, as submitted to the Ministry of Energy on 2nd of October 2024. This revised budget's approval shall cover the incremental costs incurred by the project due to the Force Majeure, which amount to 4.5 billion dollars, on which the government has conducted an audit for the years 2021 to 2024, the report of which the Concessionaire is expecting to receive as soon as possible.

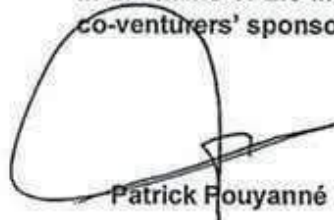
Moreover, the prolonged Force Majeure Suspension Period has significantly impacted the Project schedule. The updated schedule considers that the target date for lifting of the first cargo from Train 1, initially planned in July 2024, is revised to occur by first half 2029 and the completion of the two Trains, initially planned in March 2025 before end 2029. As consequence of the Force Majeure, in application of clause 25.4 of the EPCC, the term of the Golfinho-Atum Development and Production Period shall be extended by 4.5 years (54-month Force Majeure period from 24th March 2021 to 9th October 2025).

However, in order to compensate partially the economic impact of the extended Force Majeure on the Project economics, the Concessionaire respectfully requires the Government to grant an extension of the term of the Golfinho-Atum Development and Production Period under the EPCC by a duration of 10 years, without prejudice to clause 25.4 of the EPCC. As a counterpart to such license extension, as discussed with His Excellency the Minister of Energy, the Concessionaire would agree that the terms of the ENH Funding Agreement, executed on 21st October 2016, shall be amended to allow Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P. ("ENH"), to reimburse the development costs funded under the ENH Additional Funding Agreement before the repayment of amounts under the EPCC Carry, thereby optimizing its financial obligations.

I remain fully available to discuss this with your Excellency as required.

Yours respectfully,

In the name of the Mozambique LNG
co-venturers' sponsors,



Patrick Fouyanné

Mailing address: 2 place Jean Millier – Arche Nord Coupole/Regnault
92078 Paris La Defense Cedex – T : +33 (0) 1 47 44 45 46

TotalEnergies SE
European Company with a share capital of € 6 030 629 587,50
Headquarters: 2 place Jean Millier – La Défense 6 – 92400 Courbevoie – France – 542 051 180 RCS NANTERRE



Segundo informações postas a circular na mídia¹, o Instituto Nacional de Petróleos está a elaborar a sua própria estimativa sobre os custos adicionais do projecto Mozambique LNG, mas ainda não anunciou quando esse cálculo será concluído. Apesar desse exercício técnico, é amplamente reconhecido que as assimetrias de poder de negociação entre o Estado e a TotalEnergies tendem a influenciar o desfecho do processo. Assim, é muito provável que prevaleça a avaliação da TotalEnergies, consolidando uma leitura que reforça a posição financeira da

empresa e reduz o espaço do Estado para contestar ou renegociar os valores acrescidos ao capital do projecto.

E mais: como é muito provável que o aumento de custos ocorra sem qualquer revisão das contrapartidas do projecto para o país, em termos de conteúdo local, emprego e investimento social, até porque não há qualquer menção a isso na carta, agravam-se os riscos de o investimento se traduzir num projecto esterilizante para o desenvolvimento nacional.

Pouyanné também quer mais 10 anos na Área 1

Na carta enviada ao Presidente Daniel Chapo, Patrick Pouyanné vai mais longe e solicita uma extensão do prazo de desenvolvimento e produção do campo Golfinho-Atum por mais dez anos. *“Para compensar parcialmente o impacto económico do prolongado período de força maior, o concessionário solicita respeitosamente ao Governo que conceda uma extensão do prazo de desenvolvimento e produção do campo Golfinho-Atum...por um período adicional de dez anos”*, lê-se no documento.

Embora formulado em termos diplomáticos, o pedido representa mais uma estratégia de maximizar os lucros da multinacional em detrimento dos ganhos do Estado moçambicano com a exploração de gás na bacia do Rovuma. Na prática, o pedido equivale a congelar por mais uma década a estrutura de benefícios e encargos, num contexto completamente diferente. Aqui é preciso recordar que já é um facto estilizado que os contratos da Bacia do Rovuma foram mal negociados, estando deveras enviesados a favor dos interesses das multinacionais.

Nos termos do CCPP, o período de desenvolvimento e produção define o intervalo em que o concessionário detém direitos exclusivos de extracção e comercialização, o que significa que uma prorrogação dessa natureza adiará por uma década a reversão de activos e a possibilidade de revisão das condições contratuais do projecto.

Além de usufruírem das cláusulas de recuperação de custos, que já lhes garantem o reembolso integral dos investimentos e encargos financeiros antes da partilha do “petróleo-lucro”, as concessionárias passariam a contar com mais dez anos para explo-

rar e obter lucros sob o mesmo enquadramento fiscal e contratual. Para o Estado moçambicano, porém, o impacto seria adverso: a extensão adiaria o início de receitas substanciais, manteria inalterado um quadro jurídico pouco vantajoso e limitaria a capacidade de renegociar condições mais equitativas num cenário global de rápidas mudanças no sector energético.

Em troca da prorrogação de dez anos², a TotalEnergies compromete-se a “ajustar o acordo de financiamento da ENH”, de modo a tornar o reembolso dos montantes devidos “mais equilibrado e sustentável”.

A ENH, que detém 15% de participação na Área 1, não financiou directamente a sua quota-parte, tendo sido financiada pelos parceiros do consórcio ao abrigo do chamado *carry arrangement*. Isso significa que a ENH tem uma dívida significativa para com as concessionárias, a ser paga com as receitas futuras do projecto. Com o aumento de custos (mais 4,5 mil milhões de dólares) e o adiamento da produção para 2029, a posição financeira da ENH deteriora-se, e a TotalEnergies propõe agora renegociar os termos de pagamento, possivelmente estendendo prazos ou adiando amortizações até o início da produção comercial.

Em termos práticos, a multinacional oferece alívio financeiro temporário à ENH, mas condiciona esse gesto à aceitação da prorrogação do contrato por dez anos. Nestes termos, o Estado ganha tempo e reduz a pressão sobre a sua empresa pública, mas perde autonomia e poder de barganha sobre a duração e os termos do contrato.

² A princípio, a vigência do contrato de desenvolvimento seria prorrogada em 4,5 anos, correspondendo ao período em que o projeto ficou paralisado (março de 2021 a outubro de 2025).

A proposta de Pouyanné, disfarçada sob o argumento de “compensação pelo impacto económico da Força Maior”, representa um movimento estratégico de captura de vantagem contratual, garantindo à

TotalEnergies e aos seus parceiros mais tempo, mais lucros e menos risco político, enquanto Moçambique abdica de parte dos ganhos esperados e enfrenta um atraso no usufruto da sua riqueza de recursos naturais.

Retoma em “modo de contenção” e a consolidação do enclave

Neste momento, o Mozambique LNG encontra-se cerca de 40% concluído, segundo dados divulgados pela TotalEnergies no seu *Investor Day* de 29 de Setembro. A empresa anunciou que as obras remanescentes decorreriam em “modo de contenção”, com acesso de trabalhadores apenas por via aérea ou marítima.

Entre outras coisas, este modelo confirma a consolidação de um modelo de enclave em Afungi, no distrito de Palma. A decisão, apresentada pela TotalEnergies como uma medida de segurança necessária, na prática traduz um regresso à lógica de isolamento físico e social que tem caracterizado os megaprojectos de gás na Bacia do Rovuma desde o início das operações.

Sob o argumento da segurança, o enclave transforma-se num espaço economicamente activo mas socialmente vedado. Essa estrutura reforça a dualidade entre o território produtivo e o território social, em que o primeiro é protegido, militarizado e dotado de infraestrutura de alto nível, enquanto o segundo (as aldeias vizinhas) permanece marcado por pobreza, deslocamento e ausência de serviços básicos. Parecendo que não, esta prática, que se repete desde o início da insurgência, reforça a percepção de que a reconstrução de Cabo Delgado está a ser conduzida de fora para dentro, orientado exclusivamente pelo objectivo de maximização do lucro das concessionárias.

Um teste à nova liderança e à nossa soberania

Apesar do anúncio do levantamento da força maior, o futuro imediato do Mozambique LNG continua em aberto. A retoma efectiva ainda depende da aprovação, pelo Conselho de Ministros, do novo orçamento e do plano de desenvolvimento, submetidos pela TotalEnergies. Esses documentos definirão não apenas os custos finais e o cronograma das obras, mas também o grau de compromisso do Estado com um modelo de exploração que, até aqui, tem favorecido desproporcionalmente as concessionárias.

Este é, portanto, um momento de prova para o Governo de Moçambique. Cabe-lhe assegurar que a revisão dos planos não se limite a uma formalidade administrativa, mas que reflecta uma posição soberana e firme na defesa dos interesses nacionais. A aprovação não deve ser tomada de ânimo leve, nem ditada por pressões externas, mas sim precedida de uma avaliação rigorosa das implicações fiscais, contratuais e de desenvolvimento.

O Governo deve agir com a convicção de que a defesa dos interesses nacionais é inegociável. O país não pode repetir o erro de aceitar termos que consolidem dependências e adiem os benefícios da exploração dos recursos naturais. A retoma só fará sentido se for acompanhada por um reposicionamento estratégico do Estado, que garanta melhor partilha dos ganhos e um compromisso real com o desenvolvimento local. É este o momento de corrigir o rumo e provar que os recursos de Moçambique podem, finalmente, servir ao seu povo e não apenas aos seus investidores.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

